

A limitação de pagamentos de juros ao exterior

Dir. Cadema

- 3 SET 1986 O GLOBO

ANTONIO CARLOS PORTO GONÇALVES

Em 1986 o Brasil deverá pagar juros ao exterior, devido à sua dívida externa, no valor de US\$ 10 bilhões, ou seja, aproximadamente 4% do PIB. Por outro lado, no consumo do setor privado e do setor público deverão ser despedidos 85% do PIB, sobrando 11% para investimento.

Todos concordam que investir apenas 11% do PIB é muito pouco, e precisa ser aumentado para propiciar uma taxa de crescimento razoável da economia brasileira nos próximos anos. Pois o país precisa investir em sua infraestrutura, e muito, até o final da década atual.

Em vista desta necessidade, e considerando os números do primeiro parágrafo acima, é obviamente indispensável que o Brasil reduza o consumo privado e do governo, já que o consumismo recente, levando este item da despesa nacional a representar 85% do PIB, é o grande adversário

da poupança e do investimento a partir dos recursos internos, próprios do país. E é claro que, como mecanismo auxiliar de acumulação, o Brasil poderia contar com US\$ 1 ou 2 bilhões anuais de investimentos externos (representando, digamos, 0.5% do PIB).

Mas o governo aparentemente aceita a tese equivocada de que a falta de recursos para investimento decorre não dos 85% de consumismo, mas dos 4% de juros enviados ao exterior. Estes constituiriam "uma severa limitação" ao crescimento do país e precisariam ser reduzidos de 4 para 2.5% do PIB, para não atrapalhar a expansão econômica brasileira.

Na minha opinião, o 1.5% do PIB, que seria poupado se fosse cerceada a remessa de juros para o exterior, é um pequeno espirro diante da massa de 85% de consumo. Seria facilmente obtido, e várias vezes, se evitarmos no futuro os desperdícios praticados

no passado recente, com a ferrovia do aço, as centrais nucleares improdutivas e assim por diante.

Além do mais, se tal medida fosse adotada unilateralmente ("sem esperar pela compreensão dos credores externos"), provavelmente o 0.5% do PIB de investimento externo, que viria para o país, diminuiriam substancialmente. O ganho líquido de recursos para investimento seria, então, de apenas 1% do PIB; e é fácil calcular, usando parâmetros típicos da economia brasileira, que se este 1% fosse inteiramente aplicado em investimentos (sem desperdícios), elevaria a taxa de crescimento econômico médio do Brasil, nos próximos anos, de 0.3% — digamos de 6 para 6.3% ao ano.

O problema brasileiro de investimento e crescimento é saber como obter e manter os 6%. Quanto aos 0.3% adicionais — se conseguirmos, ótimo, mas não representam uma severa limitação ao crescimento do país.

O que poderia realmente repre-

sentar um problema para a economia brasileira, seria uma dificuldade de obter empréstimos externos no futuro, nos períodos em que a conjuntura econômica internacional deixasse de ser tão favorável ao Brasil; ou a possibilidade de retaliação comercial e protecionista por parte dos países credores. Pois não há razão para esperar que atitudes unilaterais, pouco justificáveis em termos de números e parâmetros macroeconômicos, por parte de um país que, no momento, pode pagar o serviço de sua dívida sem maiores dificuldades, tenham uma boa acolhida entre os credores. O México, a Venezuela e alguns outros países endividados estão "quebrados", e as suas atitudes unilaterais são pelo menos compreensíveis; as nossas seriam encaradas, acertadamente, como atos radicais de hostilidade.

ANTONIO CARLOS PORTO GONÇALVES é Professor da Fundação Getúlio Vargas e Diretor da publicação Economic Forecast